

Após ter visto rejeitadas pelo relator do regimento da Constituinte suas duas emendas proibindo a manifestação de militares e outros funcionários do Executivo sobre matéria em deliberação pela Assembléia Nacional, o deputado Lysâneas Maciel pediu reinclusão desta cláusula proibitiva no substitutivo a ser votado e justificou-se: "É preciso ficar claro que não sou contra os militares, e sim contra o militarismo. Por isso considero válidos todos os meios para impedir que eles intervenham no processo político."

Os militares, por seu turno, vêm na posição do deputado pedetista uma atitude provocativa e enaltecem o "bom senso" do senador Fernando Henrique Cardoso em considerá-la não pertinente. "Que democracia é esta que o deputado diz defender, se apregoa o direito de cassar a livre manifesta-

MILITARES

**Lysâneas
insiste: quer
calar os
oficiais.**

ção de uma categoria?", indagou um oficial.

Lysâneas Maciel, cassado ele próprio pelo governo militar do general Geisel, ironicamente por ter falado "demais", segundo os parâmetros utilizados na época, assegura que sua tese de interdição da palavra aos dirigentes das unidades das Forças Armadas encontra respaldo junto aos seus compa-

nheiros do Congresso Nacional. "Apenas acham — argumentou — que não se deve cutucar onça com vara curta."

O deputado pedetista disse ainda que baseou a elaboração de sua emenda na declaração do ministro do Exército, feita ao jornal **O Estado de S. Paulo**, segundo a qual o mandato presidencial deveria completar os seis anos previstos. A seu ver, estas manifestações dos ministros militares sobre matéria a ser deliberada pela Assembléia Nacional Constituinte "influenciam e impressionam os parlamentares, sobretudo os mais novos".

E lastimou: "Não tenho dúvida que influenciam, mesmo porque, segundo se pode registrar com apreensão, já existem no Congresso 40 lobistas militares. O maior lobby no Congresso hoje não é da Souza Cruz, da UDR ou do Banco do Brasil. É do próprio Executivo".